

Sprague, R. 2005. *Burial terminology: a guide for researchers*. Oxford, AltaMira Press, xii + 274 pp. ISBN 0-7591-0841-2. US\$ 36,95.

Em ciência, a clareza e uniformidade de conceitos apresentam-se como um dos pilares para o seu debate e conseqüente evolução. Esta é uma regra que também se aplica à Antropologia biológica, em particular em contextos arqueológicos onde se identifiquem enterramentos humanos. Estes sítios apresentam uma natureza complexa, na medida em que congregam várias categorias de dados. Em Portugal, a escolha de uma terminologia científica específica na exposição dos elementos antropológicos de campo tem sido, desde há muito, adiada, ficando ao critério de cada investigador os conceitos utilizados na descrição das evidências dos elementos relacionados com a Antropologia funerária, a Paleodemografia e a Paleopatologia. Contudo, noutros círculos científicos, em particular nos de origem anglófona, este debate tem já várias décadas. Um dos principais promotores desta discussão é Roderick Sprague, que desde a publicação da sua tese de mestrado, *A comparative cultural analysis of an Indian burial site in Southeast Washington*, na década de cinquenta do século passado, se tem vindo a debruçar sobre a problemática da utilização de uma terminologia adequada e o mais possível estandardizada, na descrição de contextos funerários de origem arqueológica, permitindo desta forma, a realização de comparações de dados de diferentes proveniências.

Foi com este intuito que este professor de Antropologia física da Universidade de Idaho publicou em 2005 o livro intitulado *Burial Terminology: a guide for researchers*. O principal objectivo desta obra é a apresentação da terminologia considerada adequada para a descrição das evidências funerárias encontradas em sítios arqueológicos. Os conceitos sugeridos pelo autor resultam de uma pesquisa bibliográfica e histórica, que exaustivamente apresenta ao longo de 4 capítulos – sendo os dois iniciais dedicados à fundamentação teórica e os dois últimos à apresentação e discussão de conceitos –, fundamentando desta forma as suas propostas. Sprague, elabora uma listagem de 13 categorias que vão desde a disposição do corpo, à sua preservação, discorrendo depois pela análise da individualidade dos enterramentos (conceito que deve ser entendido como o número de indivíduos que ocupam uma determinada sepultura), passando pelo estado de articulação, deposição e alinhamento do inumado, havendo também espaço para os dados demográficos e a análise das características do sítio arqueológico, para referir apenas algumas.

Ao longo da enumeração e caracterização destas categorias, apresenta as designações que considera serem mais adequadas neste exercício científico, em detrimento de outros termos, que apesar de serem frequentemente utilizados, são mais ambíguos.

Ao longo deste processo minucioso, algumas propostas revelam-se muito pertinentes, por exemplo, a distinção entre comportamentos funerários (*mortuary practices*) e rituais de enterramento (*burial rites*). Isto porque, segundo a opinião do autor, comportamentos funerários e de enterramento, não são necessariamente sinónimos: “[...] *it is clear that burial and funerary behavior are not the same thing* [...]” (p. 3).

Entre algumas das categorias apresentadas, as que dizem respeito aos gestos funerários, que se tornam visíveis no momento da exposição, revelaram-se relevantes e um auxiliar importante no processo de análise e registo dos dados. A distinção entre deposição (*deposition*) e disposição (*disposition*) e a sua associação à orientação (*orientation*), reflectem aspectos que são na sua origem e intencionalidade distintos e que por isso merecem uma observação cuidada e isolada, a fim de extrair o máximo de informação dos contextos funerários. Assim, se quando se fala de deposição, nos referimos à forma como o corpo é colocado no local final de enterramento, o conceito de disposição incide sobre a relação entre os vários segmentos do esqueleto. A questão da orientação é também referida como fundamental, uma vez que permite, em alguns casos, inferir sobre um determinado momento histórico e cultural. Por esse motivo, estabelecer clara e uniformemente o método para aquilatar a orientação do indivíduo inumado é essencial. Assim, referir este parâmetro, de forma a que este expresse a relação “pés-crânio” em função de dois pontos cardiais, ajuda a eliminar muitas questões dúbias neste ponto específico, que são recorrentes e se encontram insuficientemente clarificadas nos relatórios científicos de campo. Existe um outro aspecto referenciado na obra que merece uma abordagem sistematizada, a que o autor chama de *individuality*. O termo não parece ser o mais óbvio para exprimir a ocupação do espaço sepulcral, apesar de ser esse o objectivo. Com esta categoria, Sprague pretende que seja feita a análise do número de indivíduos por sepultura, definindo-se se esta é simples ou múltipla, e o tipo de ocupação ao longo do tempo a que este espaço esteve sujeito. Uma outra contribuição interessante e pouco avaliada nos trabalhos antropológicos realizados em contextos portugueses, passa pelo conceito de preparação do corpo (*body preparation*). De facto, é relevante para o processo de decomposição do cadáver, a intervenção a que este esteve sujeito, esteja esta manipulação associada à conservação ou apenas ao embelezamento do defunto, para ser recebido na sua morada final.

Se as categorias apresentadas anteriormente ajudam de facto a clarificar alguns aspectos, outras dimensões criadas por Sprague introduzem alguma confusão e ambiguidade. A exemplificar este aspecto, estão as classes denominadas “características variadas” (*features*), demografia (*demography*), espólio funerário (*grave goods*) e a categoria “receptáculo funerário” (*disposal container*). Relativamente a estas dimensões, o autor nem sempre consegue transmitir claramente o que considera relevante ser

registado na recolha de dados em campo. Já o conjunto denominado de “demografia”, denuncia, por um lado uma diferença ao nível da metodologia científica e, por outro, alguma confusão dos elementos associados a esta dimensão. Na escola anglófona, o papel do antropólogo físico não se encontra estabelecido de forma clara, não havendo uma continuidade entre o trabalho de campo, normalmente deixado a cargo dos arqueólogos, e o estudo de laboratório, habitualmente desempenhado por antropólogos. Uma vez que a área de intervenção do autor é essencialmente a intervenção de campo, por natureza menos minuciosa, este sugere que se englobe nesta categoria – demografia – os elementos que lhe pertencem por definição, o sexo e a idade, como outros que não lhe pertencem, como sejam os dados patológicos e tafonómicos. Denuncia assim, na distinção da aferição destas categorias, bem como do seu potencial informativo, algumas lacunas. Contudo, alerta para a importância da utilização de manuais direccionados para esta área, remetendo os leitores para a publicação de 1994 de Buikstra e Ubelaker.

Torna-se evidente logo nas primeiras páginas, que este exercício de uniformização de conceitos e de terminologia, está em muito condicionado pelo idioma de redacção e pelos contextos culturais em análise. Se por um lado faz sentido falar em rituais de “descarnamento” ou “enterramento aéreo” entre os nativos americanos ou aborígenes australianos, a introdução deste tipo de informação nos protocolos de análise e recolha de dados antropológicos em Portugal, encontra-se desprovido de sentido, já que não se encontra paralelo cultural para estes. Estamos assim, perante uma obra que se encontra muito circunscrita aos elementos recolhidos em contextos americanos, ou onde a escola americana de arqueologia actua, por este motivo, não se encontra tradução directa ao nível do conteúdo e da forma desta publicação para a realidade nacional. Contudo, é esta particularidade que alerta para a necessidade de se desenvolver um exercício de carácter idêntico no âmbito da Antropologia biológica em Portugal.

A contribuição de Sprague com esta obra, não reside tanto nas propostas que apresenta, mas antes na reflexão que impõe, tornando evidente que só após a elaboração de um etnografia funerária, o tanto quanto possível, transversal no tempo e no espaço e a sua articulação com o levantamento e interpretação de dados resultantes de escavações antropológicas, se poderá partir para o exercício de comparação de contextos funerários proposto pelo autor.

Cristina Barroso Cruz

Bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/27417/2006)

Departamento de Ciências da Vida

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Universidade de Coimbra, Portugal

cbacruz@student.antrop.uc.pt